

Sandra Marinho, professora de Jornalismo e Ciências da Comunicação

“O hábito do pensamento crítico tem de ser cultivado e penso que temos de acautelar essa competência”

Entrevista: Luís Bonixe



- O professor Mário Mesquita falava do milagre da multiplicação dos cursos de Jornalismo e Ciências da Comunicação em Portugal, referindo-se ao crescente número de cursos surgidos no país. Que caracterização se pode fazer hoje desse cenário? Está estabilizado?

Sim, é um cenário que está estabilizado, depois de um período de reorganização da oferta. Mas depois desse “milagre da multiplicação” o número de licenciaturas em Jornalismo/Comunicação ainda cresceu um pouco mais, até ao máximo de 32 (entre 2006 e 2008, o período de adequação da oferta à Declaração e Bolonha). Com Bolonha, houve uma descida para 28 cursos, que se tem mantido estável, mais curso menos curso. Mas isto é em relação ao 1.º ciclo. Em relação ao 2.º e 3.º ciclos, houve uma subida. Por um lado, houve o “efeito Bolonha”, que fez aumentar substancialmente o número de mestrados por conta da desagregação das licenciaturas de 5 anos, no modelo 3+2. Por outro lado, havia efetivamente margem para crescimento na pós-graduação. Mas, para lá dos cursos, penso que vale a pena destacar a variação nas vagas disponíveis (e nos alunos colocados). Essas, sim, reduziram substancialmente. Atenção que falo aqui de cursos com formação em Jornalismo, que têm o jornalismo como saída profissional, mesmo quando são cursos de Ciências da Comunicação. Se falássemos de cursos nas outras áreas da Comunicação, aí os números seriam bem superiores.

Sei que, muitas vezes, se olha e avalia este panorama a partir da empregabilidade. E aí pode emergir a ideia de que “há cursos a mais”. Ora, eu não alinho por esta perspetiva, porque não considero que a oferta do ensino superior deva ser regulada a partir da empregabilidade. Ou seja, deve haver oferta que responda à vontade de se estudar Jornalismo, à procura. A empregabilidade pode, claro, ser uma variável a ter em conta ao escolher um curso. Mas isso é uma decisão e uma ponderação dos candidatos e das famílias, com acesso a dados precisos e atuais sobre a empregabilidade dos cursos. Não

deve ser feita a partir das instituições de ensino superior (IES). Porque o tal “fenómeno de multiplicação” correspondeu à necessidade de dar resposta a uma maior procura: pelo ensino superior em geral e pela área do jornalismo e comunicação. E isto só pode ser uma coisa boa: maior acesso a formação superior, no geral, e a mais formação na área do Jornalismo/Comunicação. Cidadãos com mais escolaridade e profissionais com mais formação. Como é que isto pode ser uma coisa má? O ensino superior tem o compromisso de formar pessoas para o mercado, claro. Mas não pode resumir-se a isso, tem de ser um lugar de conhecimento, de debate, de crescimento. Aliás, não faltam jornalistas já com uma carreira estabelecida que “voltam à escola” para terem formação na área, seja numa licenciatura, mestrado ou doutoramento.

Isto não significa que não haja um elemento de regulação, mas julgo que deve ocorrer a partir da qualidade dos cursos. A avaliação da qualidade da oferta é que poderá definir se um curso tem ou não condições para formar estudantes para serem jornalistas. A A3ES faz isto, claro. Mas eu iria mais longe. Penso que padecemos (em geral) de um hábito: regra geral, só olhamos para os nossos cursos, quando somos avaliados ou vemos a avaliação no horizonte. E bem sei que, no meio de tantas tarefas, é complicado encontrar-se tempo para tudo. Claro que é. Mas seria muito bom que encontrássemos formas de monitorizar o ensino de forma permanente e com métodos diversos. Não porque vai haver uma avaliação externa, mas apenas porque essa é uma prática instituída, que nos permite uma melhoria contínua. Claro que isto levar-nos-ia a uma outra discussão, sobre o real valor que é dado ao ensino nas IES, mas isso é outra conversa (riso).

- Ainda faz sentido discutir a formação de jornalistas numa espécie de oposição entre a prática (tarimba) e a formação superior, ou já ultrapassámos essa fase?

Eu diria que já a ultrapassámos. Penso que essa “oposição” correspondeu à exteriorização de um estranhamento inicial entre as redações e a academia. A resposta à pergunta “como deve formar-se um jornalista?” acabou por levar a uma cristalização de posições que nunca me fez grande sentido: para mim, deve formar-se com tudo o que tenha à disposição e de formas diversas. Compreendo que não terá sido fácil quando os primeiros licenciados em Jornalismo/Comunicação começaram a chegar às redações: para quem estava e para quem chegou. Como em tudo, terá havido algum “choque de culturas” e alguma reação. E, com isso, alguma desconfiança.

Com o tempo, a formação superior em Jornalismo/Comunicação naturalizou-se no meio jornalístico e foram sendo construídas pontes. Como já referi, muitos profissionais ingressaram em cursos; há muitos jornalistas a colaborar no ensino superior, como professores convidados e até prosseguindo a carreira académica; as redações e os jornalistas são ouvidos nos processos de avaliação e de reestruturação dos cursos. E temos os estágios curriculares, que implicam uma colaboração entre as redações e os cursos. Eu gostava que nos estágios houvesse uma colaboração mais estreita e sei que há aqui muitas variáveis a ter em conta. Por exemplo, o tempo, sempre, e a falta dele. Mas, como disse antes, é mais outra conversa (riso).

E temos o exemplo do último Congresso dos Jornalistas, que contou com uma redação multiplataforma de estudantes, professores e jornalistas. A trabalharem juntos, com o apoio do CENJOR. Para mim é o exemplo mais paradigmático da ultrapassagem dessa tal “oposição”. E saíram dali dois excelentes exemplos de trabalho conjunto: um projeto de literacia para os média e o Repórteres em Construção.

Claro que, no jornalismo como em qualquer outra profissão, é na “tarimba” que realmente se aprende a ser jornalista. Como em qualquer profissão. E nunca acaba a aprendizagem e a formação. Mas ter uma formação inicial na área não pode ser mau. Nunca será suficiente. Mas é um ponto de partida.

- O acesso à profissão de jornalista é um tema recorrentemente discutido. Que modelo faz sentido ter em Portugal? Um modelo único, segundo o qual só um caminho é possível, ou uma solução mais livre que privilegie vários caminhos e vários perfis formativos?

O acesso à profissão tem sido um tema difícil. Na verdade, em Portugal temos um modelo: o do acesso aberto. É esse o modelo que vigora, embora me pareça que, hoje em dia, por força das circunstâncias, funcione, acima de tudo, como um princípio, porque na sua maioria os jornalistas em Portugal já são licenciados em Jornalismo/Comunicação. E, como princípio, eu defenderia o que temos agora. O problema é outro: este modelo é baseado no pressuposto de que há condições para formar jornalistas nas redações. Ou seja, não seria necessário exigir-se formação específica em Jornalismo, porque quem ingresse numa redação (com ou sem formação superior e em qualquer área) terá condições e tempo para aprender. Ora, isto, aliado à diversidade que um modelo destes pode potencialmente proporcionar, parece ser uma boa solução. Mas isto é uma visão da altura em que realmente havia tempo nas redações para aprender e para ensinar. E jornalistas com tempo para ensinar. E hoje em dia já não há tempo para ensinar nas redações. E não sou eu que o digo, que não trabalho numa redação. São os jornalistas. Ainda no último Congresso dos Jornalistas, tivemos uma das pessoas que mais escreve e fala sobre o ensino do jornalismo – Pedro Coelho – a dizer isso mesmo.

Ora, generalizando-se a prática do teletrabalho nas redações, para além de não haver tempo de deixar de haver pessoas disponíveis para ensinar. Porque, como disse antes, a formação no exercício da profissão é essencial e as redações têm aqui um papel central. Têm um papel de socialização: das rotinas, das práticas, das normas. Na redação aprende-se por observação. E não se aprende só a fazer jornalismo. Aprende-se sobre a profissão, sobre os direitos e deveres dos jornalistas, sobre a forma como a profissão se organiza.

Tudo isto para dizer que, com o tempo, a minha posição vai-se aproximando da defesa de alguma regulação no acesso. Não sei exatamente em que moldes, porque isto não implica que se restrinja o acesso apenas a quem tem formação superior em Jornalismo/Comunicação. O CENJOR, por exemplo, pode ter aqui um papel

fundamental. Enfim, ainda tenho dúvidas sobre isto, mas é nestes termos que tenho pensado sobre o assunto.

- O contexto dos meios de comunicação mudou muito nas últimas duas décadas, sobretudo devido à emergência das tecnologias de informação e aos novos média. A formação superior de jornalistas está a acompanhar essas mudanças?

Diria que vai acompanhando, sim, mas não necessariamente ao ritmo a que se sucedem. E, para mim, ainda bem que é assim. Claro que o ensino do Jornalismo deve acompanhar as mudanças que ocorrem na profissão, nomeadamente ao nível tecnológico. Mas tem de o fazer com reflexão e não de forma apenas reativa. Diria mais: é obrigação dos professores olharem para as mudanças e para as ferramentas com espírito crítico. E isso não significa que não sejam incorporadas no ensino. Mas não se trata de ensinar apenas o uso das ferramentas. Quase arriscaria a dizer que isso os alunos aprendem sozinhos (riso). Trata-se de enquadrar o uso, dar-lhe contexto, apontar-lhe as limitações, até do ponto de vista ético.

Mas esta incorporação implica que os próprios professores consigam, eles próprios, manter-se atualizados em relação a estas mudanças. E isto implica ter tempo e recursos, que nem sempre existem. Ou seja, os professores também precisam de formação. Precisam de aprender para ensinar. E não creio que isto seja sempre acautelado. Quando pensamos em formação, pensamos sempre em formação para os alunos e muito pouco em formação para os professores. Vejamos o exemplo do ChatGPT. O uso de IA no Jornalismo não é de agora, claro. Mas a generalização do acesso que representou o ChatGPT implica que os professores de todas as áreas sintam necessidade de conhecer a ferramenta e, idealmente, percebam como incorporá-la nas aulas e na avaliação. E os professores têm de ser apoiados neste percurso. Para o caso específico dos professores de Jornalismo, seria interessante que conseguíssemos ter iniciativas transversais, partilha de práticas entre professores de todas as IES.

Página | 10

Dou muito valor a esta dimensão da partilha entre professores. Do que corre bem e do que corre mal. Porque temos mesmo de olhar para o ensino do Jornalismo numa perspetiva de tentativa e erro. E sem medo de errar. Falamos de uma área de ensino que está na interseção de muitas forças de mudança. A tecnológica é a mais visível, é sempre. Mas há muito a mudar: as funções dos jornalistas; as fronteiras da profissão; o ensino em geral; as leis; os públicos. E a própria redação, pegando no que referi há pouco. Uma das maiores mudanças que estão a ocorrer é a da redação como espaço: espaço de prática, de encontro, de socialização. Espaço simbólico. Oriento com outro investigador do CECS – Manuel Pinto –, que é uma referência na área do Jornalismo, uma tese de doutoramento – da Cláudia Monteiro, ex-jornalista do JN – sobre este assunto. E tenho dúvidas sobre se não continuamos a ensinar para um jornalismo exercido em redação, na redação que temos por referência, mas que já não é a redação de hoje.

Mais uma vez, sobre isto tenho mais perguntas que respostas (riso).

- Em que competências deve a formação superior de jornalistas apostar mais?

Não sei se sei dizer em que competências deve apostar mais. Mas vou começar por dizer que, felizmente, cada vez vejo menos reproduzida a ideia de que os cursos de Jornalismo/Comunicação “são muito teóricos”. Desde logo, porque não é verdade. Essas contas já foram feitas (riso). E porque isto parece traduzir uma ideia perversa de que a “teoria” é má ou menos importante. E não é: na medida em que nos ajuda a pensar e a aprender a pensar, é essencial. Sempre que estou em fóruns em que oiço a perspetiva de quem recebe estagiários, oiço precisamente isto: é essencial que os estudantes, os futuros jornalistas, “saibam pensar”. Por isso diria que esta competência de “pensamento crítico” é absolutamente essencial. Não estou com isto a querer desvalorizar as competências de natureza mais “prática” ou “técnica”. Simplesmente acho que essas aprendem-se mais facilmente ou mais rapidamente. O hábito do pensamento crítico tem de ser cultivado e penso que temos de acautelar essa competência.

Mas não são mutuamente exclusivas. Vejamos o caso da “verificação”. As competências de pesquisa e verificação da informação sempre foram essenciais. Hoje em dia, com os contornos e mecanismos pelos quais opera a desinformação, são ainda mais cruciais. Ensinar alunos a pesquisar e a verificar informações implica acionar competências técnicas de uso de ferramentas digitais (várias) disponíveis, mas também uma perspetiva crítica sobre os dados e sobre a informação. No limite, a primeira instância de verificação é aquilo que sabemos sobre o mundo. Sobre História, Geografia, Literatura, Arte. Sobre Economia, Estatística, Música e Cinema. É o repositório de informação, mas não só: a capacidade de interligar essa informação e de deduzir a partir dela. E isto vem da formação em Ciências Sociais. Não só daquela que se obtém num curso de Jornalismo/Comunicação. É ao longo da vida. Mas, na minha opinião, tem de estar bem presente na formação.

Por isso, se tivesse de destacar competências, seriam estas: saber pensar criticamente; saber pesquisar, procurar; saber perguntar, saber o que perguntar e como perguntar. E saber o que é notícia: perceber, no meio de muita (cada vez mais) informação o que pode ser notícia. Isto é saber selecionar e é importante. Bom, e “puxando a brasa à minha sardinha”, como professora de Métodos de Investigação, saber ler números é muito importante. As competências de Literacia Estatística são cada vez mais importantes. E esta não é uma competência muito atrativa para os alunos (riso). E transversal a tudo isto, a Ética e a Deontologia.

- É possível estabelecer uma comparação em matéria de formação superior de jornalistas com a Europa? Em que aspetos faz sentido fazer essa comparação?

Não penso que se possa falar de um “modelo europeu”: a formação em Jornalismo é muito diversa na Europa. Do ponto de vista da estrutura e da organização da oferta, é verdade que Bolonha trouxe alguma uniformização. E percebe-se que o ensino superior

tem um peso muito considerável, enquanto instituição formadora na área do Jornalismo/Comunicação, por toda a Europa. E encontramos os mesmos “atores” e práticas: para além das IES (públicas e privadas), os sindicatos, os centros de formação em serviço, a Igreja (em alguns casos). Mas o peso de cada um destes atores e a forma como se articulam são muito diversos. O próprio acesso à profissão é diverso.

Há duas publicações que fazem um trabalho comparativo em termos de formação em Jornalismo na Europa, uma de 2003 e outra de 2009, cuja leitura recomendo a quem se interesse sobre este tema. Percebe-se a partir dali que a forma como evoluiu o “sistema” de formação em Jornalismo em cada país depende de variáveis diversas: a evolução política, os modelos de média e de *media governance*, os sistemas de regulação, a legislação. O que vemos, com base nisto, é algum tipo de categorização e organização dos países. Mas creio que não se pode falar num “modelo europeu”.

Poderá haver dados novos em breve, a partir do projeto Hejde – Higher Education of Journalists in a Digital Environment (<https://ffpu.unipu.hr/hejde>), que está a fazer um mapeamento da oferta na Europa, ao nível dos três ciclos de estudo.

- Como resultado da afirmação das tecnologias de informação, da digitalização e dos novos média, tem aparecido um conjunto de novas funções desempenhadas por jornalistas, como gestor de redes sociais, por exemplo. Faz sentido olhar para estes perfis como uma nova realidade da profissão de jornalista ou a formação de profissionais deve ser separada, reservando para a formação de jornalistas apenas os aspetos basilares da profissão?

Eu não vejo a gestão de redes sociais como uma função do jornalismo. Julgo que é uma competência da área da comunicação estratégica. Não estou a dizer que um aluno formado num curso de Jornalismo/Comunicação não tenha competência para exercer esta função. Acredito que a tenha, até porque falamos, em parte, de competências transversais de comunicação e, regra geral, no modelo mais comum de cursos de comunicação em Portugal – com um tronco comum e áreas de especialização –, os estudantes acabam por ter alguma formação em comunicação estratégica. Mas não considero que seja função de um jornalista “gerir” redes sociais.

Isso não significa que não devam estar nesse ambiente e que não observem as redes sociais dos órgãos onde trabalham. Julgo que é muito relevante que os jornalistas acompanhem a publicação dos seus trabalhos e o *feedback* dos leitores. Pelo meio de comentários que não têm interesse – que sabemos que existem – há-de haver *feedback* importante e construtivo. E as redes sociais podem ser um instrumento de trabalho para um jornalista. Para encontrar temas a explorar e fontes, também.

Acho também que é muito relevante que um jornalista tenha competências de análise de redes sociais (ARS). E aqui estou outra vez a “puxar a brasa à minha sardinha” (riso). Considero que é importante que estes conteúdos façam parte do plano de estudos dos cursos de Jornalismo/Comunicação, porque proporcionam competências diferenciadoras a um futuro jornalista.

- Numa altura em que os média são cada vez mais multimédia, utilizando as várias linguagens (som, imagem, texto, fotografia) numa lógica de convergência, ainda faz sentido uma aposta nos *curricula* numa formação separada destas linguagens, ou seja, a existência de Unidades Curriculares (UC) de rádio, de televisão, de imprensa?

Julgo que não. Não vejo sentido numa organização de Unidades Curriculares com base no meio (rádio, televisão, imprensa). Vejo mais sentido numa organização com base na linguagem: som, vídeo, escrita jornalística. Ou seja, UC dedicadas a explorar cada uma das linguagens – nomeadamente do ponto de vista técnico –, mas orientadas para uma lógica multimédia. Isto não significa que se perca o valor que cada linguagem pode e, para mim, deve ter por si só. O som vale por si. Uma reportagem de som não precisa de outras linguagens. Da mesma forma, e voltando a usar o exemplo do som, também não significa deixar de preparar os estudantes para a rádio, para o meio rádio. Implica é colocar-se o foco na linguagem – por si só ou multimédia – e não no meio onde vai ser publicada ou difundida. Paralelamente, também podemos ter como “organizadores” os géneros jornalísticos (numa lógica multimédia).

- Apesar de frequentemente se falar de crise no jornalismo, do desemprego, da falta de oportunidades, a verdade é que, ano após ano, os cursos de Ciências da Comunicação/Comunicação Social/Jornalismo preenchem as vagas disponíveis. Como explicar este fenómeno?

Página | 13

Essa é uma pergunta complicada (riso). Sendo sincera, não sei explicar. Mas procuro ter uma atitude não paternalista em relação a este assunto: certamente que os estudantes não andam todos enganados. Partindo daqui, e dando crédito aos estudantes, imagino que possa haver alguns aspetos que, em parte, expliquem esta adesão.

Por um lado, o tipo de formação, que permite adquirir competências transversais. Ou seja, uma formação em jornalismo ancorada na comunicação (o modelo mais comum em Portugal) permite adquirir competências relevantes para outras profissões, não só para o jornalismo. Permite o acesso a outras saídas profissionais, e acredito que os jovens possam fazer este tipo de avaliação. Por outro lado, há, cada vez mais, caminhos profissionais na área do jornalismo que não se limitam à tradicional redação, onde efetivamente há desemprego e falta de oportunidades. Acredito que estas novas gerações possam ser mais abertas a outras formas de publicar, de criar projetos jornalísticos, fazendo uso do mundo digital, das redes. Projetos de nicho, por exemplo. E, assim, vejam oportunidades que não vemos nós de imediato.

Finalmente, nunca subestimo a vontade de alguém ser jornalista. Há tempos, um ex-aluno falava-me de uma questão muito importante: a forma como, muitas vezes, romantizamos a profissão de jornalista. A ideia que, inconscientemente, podemos passar nas aulas do sentido de missão, de vocação, quase de um sacerdócio. A ideia de que um jornalista é-o em permanência, que não tira férias da missão, mesmo quando tira do emprego. E dizia-me o quão perverso isto pode ser para quem vai exercer a

profissão e sente que tem de corresponder a isto. O peso que isto pode ter, até para a saúde mental. Isto fez-me pensar e ainda ando às voltas com este assunto. Porque se calhar isto começa antes de se entrar num curso: nos livros, nos filmes, nas séries. E imagino que possa efetivamente ter impacto na escolha de um curso.

Mas também podemos olhar para a questão da forma mais simples: há efetivamente jovens interessados no papel que o jornalismo tem – na sociedade, nas comunidades – e querem fazer parte desse mundo. Há hoje como sempre houve. Mesmo que isso implique correr o risco de não terem emprego como jornalistas, no final do curso. Não é uma decisão ingénuo. É uma decisão consciente de correr um risco, na expectativa, claro, de ser a exceção. E isto é bom. Para mim, pelo menos, é bom. E vamos acabar a conversa como começámos: para mim, não cabe às IES regularem a oferta em função da taxa de desemprego. O que é importante é que os candidatos tomem as decisões com base em informação verdadeira e atual acerca das saídas profissionais. Uma decisão livre (porque só é livre se for informada).

Sobre a entrevistada:

Sandra Marinho é doutorada em Ciências da Comunicação, na área de Estudos de Jornalismo, pela UMinho. É professora na mesma instituição, onde tem lecionado nas áreas de Metodologias de Investigação e do Jornalismo. É investigadora do CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade), onde desenvolve investigação sobre a qualidade do jornalismo/informação/comunicação e sobre a qualidade no ensino do jornalismo. Tem participado em diversos projetos de investigação (nacionais e internacionais). Foi diretora da Licenciatura e do Mestrado em Ciências da Comunicação da UMinho e foi coordenadora do projeto REC | Repórteres em Construção, do qual é também uma das fundadoras. Foi diretora-adjunta do CECS e integra a Comissão Executiva do Centro IDEA-UMinho, a estrutura que promove a estratégia de inovação pedagógica e desenvolvimento de competências do ecossistema de ensino da Universidade do Minho.